



Tribunal de Contas
do Estado do Piauí

JORNADA DO CONHECIMENTO

Política Pública em 10 passos

Como entregar valor para o cidadão

Rayane Marques Silva Macau

Diretora de Fiscalização de Políticas Públicas – TCE-PI

Políticas públicas estão presentes no nosso cotidiano, muito mais do que nos damos conta...

Um dia de nosso cotidiano

Horário	Atividade	Política pública relacionada
6:00	Acordar pelo despertador	Fuso horário oficial
6:15	Escovar os dentes usando água tratada	Padrão de potabilidade / saneamento
6:30	Tomar café solúvel com leite (produto lácteo)	Inspeção sanitária federal / rotulagem
7:00	Sair de casa e pegar o trem, ônibus ou metrô	Regulação do transporte público municipal
7:30	Descer no centro e andar pela calçada, atravessar ruas, pedir informações ao guarda	Mobilidade urbana / sinalização / guarda municipal
8:00	Chegar ao trabalho em que se é empregado com carteira	Regulação trabalhista (CLT)
8:30	Consultar o IBGE para saber qual foi a inflação do mês passado	Estatística oficial / órgão público
12:00	Sair para almoço e entrar em um restaurante, onde se vê "Nossa cozinha está aberta"	Vigilância sanitária
13:00	Pagar o almoço com vale-refeição e voltar para o trabalho	Programa de Alimentação do Trabalhador
17:00	Sair do trabalho e passar no posto de saúde para tomar uma vacina "anti-gripe"	Sistema Único de Saúde (SUS)
19:00	Chegar na faculdade e fazer duas disciplinas de um curso de 4 anos, regulamentado	Regulação do MEC
22:45	Chegar de ônibus e andar pela rua de casa, iluminada	Iluminação pública / serviço municipal
23:00	Assistir televisão para saber sobre aprovação da nova lei trabalhista	Concessão pública / comunicação
23:30	Dormir, se possível sem barulho	Lei do silêncio



Da hora em que acordamos até o momento em que dormimos,
políticas públicas organizam, regulam e viabilizam a vida em sociedade.



O que é uma política pública?



Política pública é **toda ação (ou decisão de não agir) deliberada e organizada pelo governo** para enfrentar um problema considerado relevante para a sociedade, com a finalidade de melhorar a vida das pessoas.

Exemplos de políticas municipais



EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Política pública para garantir o futuro das nossas crianças



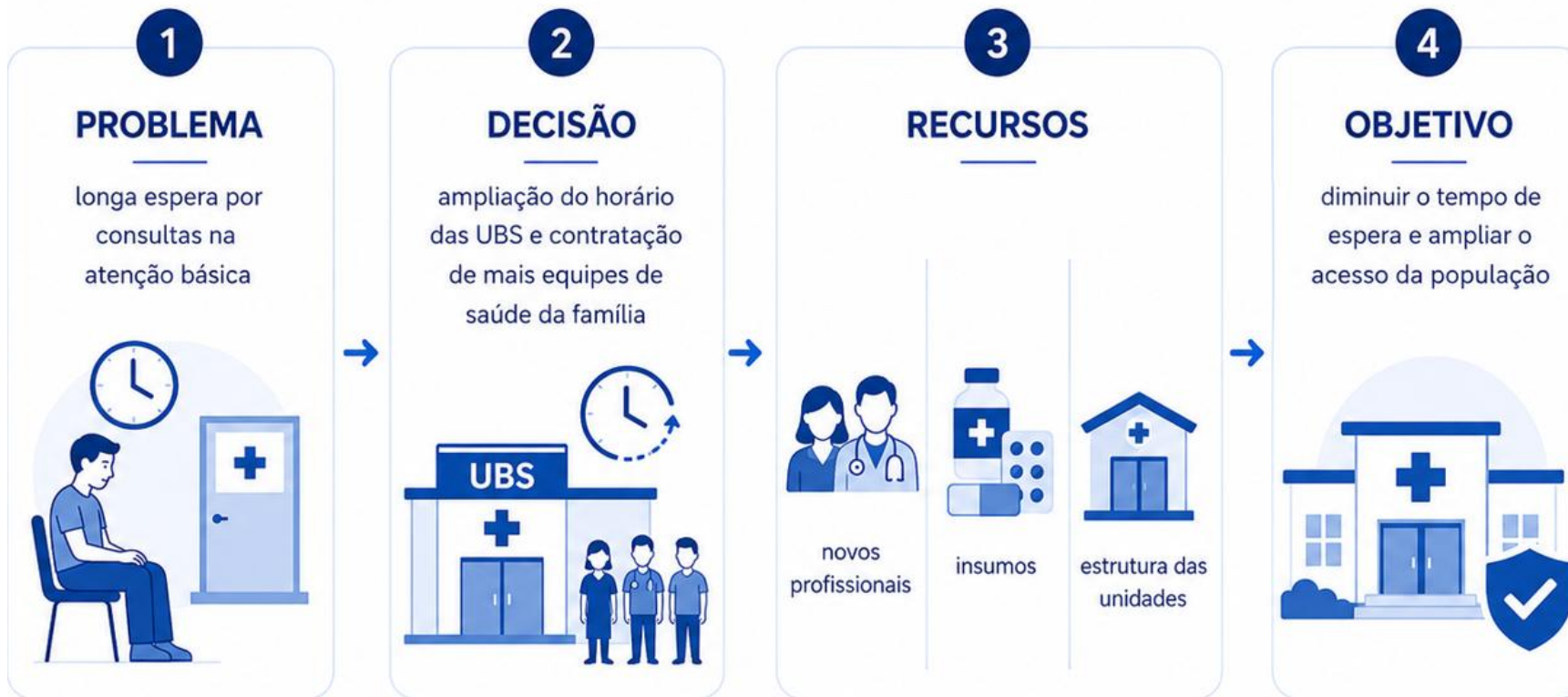
Uma política pública nasce de um PROBLEMA, vira DECISÃO DE GOVERNO, recebe RECURSOS e busca um RESULTADO concreto para a população.

Exemplos de políticas municipais



SAÚDE PÚBLICA

Política pública para ampliar o acesso e reduzir o tempo de espera





MOBILIDADE URBANA

Política pública para melhorar o deslocamento e a qualidade de vida nos bairros

1

PROBLEMA

congestionamentos e falta de acessibilidade no centro da cidade



2

DECISÃO

plano de mobilidade com novas linhas de transporte e ciclovias



3

RECURSOS



infraestrutura viária

sinalização

novos veículos

4

OBJETIVO

melhorar o deslocamento e a qualidade de vida nos bairros



Por que muitas políticas públicas falham?



01 Causas sistêmicas

No desenho da política

- Objetivos mal definidos e metas sem base em evidências
- Desalinhamento entre órgãos governamentais
- Recursos insuficientes para a execução planejada



02 Fatores institucionais

Na capacidade de executar

- Falta de capacidade técnica e administrativa
- Descontinuidade em mudanças de governo
- Burocracia rígida e resistência à mudança



03 Questões de implementação

No "gap" entre plano e prática

- Distância entre o planejado e o executado no terreno
- Monitoramento e avaliação inexistentes
- Incapacidade de corrigir o curso durante a execução



04 Contexto externo

O que ninguém previu

- Mudanças econômicas, sociais ou políticas
- Baixo engajamento da população-alvo
- Efeitos colaterais não antecipados

Os dez passos de uma política pública que gera resultado

Como construir uma boa política pública

Os 10 passos para formular, implementar, monitorar e aperfeiçoar políticas públicas



Diagnóstico do Problema

01

Comece pelo problema, não pela solução

Nenhuma boa política nasce de um problema mal compreendido. Use dados, evidências e pesquisas para demonstrar que o problema ocorre, onde é mais grave, qual população atinge e quais são suas causas e efeitos.



NA PRÁTICA

Antes de criar um programa contra a evasão escolar, cruzar dados do Censo Escolar e do CadÚnico para identificar onde, quando e por que os alunos abandonam a escola.

Referencial TCU · Passo 1 — Caracterize os problemas públicos: evidencie ocorrência, gravidade regional, população afetada, causas e consequências.

Diagnóstico do Problema

01



Construção do diagnóstico do problema

- Quem é afetado pelo problema?
- Onde e quando o problema acontece?
- Qual é a causa raiz?
- Qual é a gravidade e a abrangência?
- Que dados comprovam o problema?

01 Diagnóstico do Problema

EXEMPLO: PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

1.1.1 Panorama Demográfico

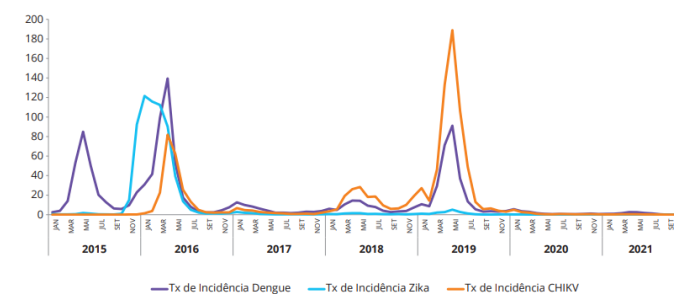
Uma síntese das principais características demográficas do município é apresentada no quadro 1, a seguir.

Quadro 1. Principais características demográficas, MRJ, 2010, 2020 e 2021.

População estimada (2021)	6.775.561	Pessoas
População residente (2010)	6.320.446	Pessoas
População residente — Homens (2010)	2.959.817	Pessoas
População residente — Mulheres (2010)	3.360.629	Pessoas
Razão de sexo — número de homens para cada 100 mulheres (2010)	88	Homens
Esperança de vida ao nascer (2010)	75,7	Anos
Proporção de idosos (2010)	14,9	%
Crescimento populacional (2010/2020)	7,9	%
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010)	96,9	%
Matrícula no ensino fundamental (2020)	707.912	Pessoas
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010)	0,799	—
População cadastrada ESF (2021)	4.923.110	Pessoas
Esgotamento sanitário adequado (2010)	94,4	%
Urbanização de vias públicas (2010)	78,4	%

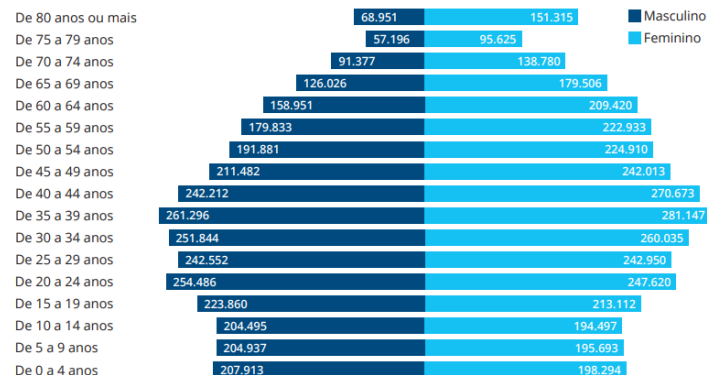
Fonte: IBGE. População estimada. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>. Acesso: 27/09/2021. Brasil. Ministério da Saúde. e-Gestor AB, Informação e Gestão da Atenção Básica. <https://www.egestorab.saude.gov.br>. Acesso: 12/04/2022.

Gráfico 4. Taxa de incidência de dengue, zika e chikungunya, MRJ, 2015 a 2021 (por 100 mil habitantes).



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Dados sujeitos à revisão.

Gráfico 2. Estimativa de distribuição da população por sexo e faixa etária, MRJ, 2020.



Fonte: Brasil. Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE. Estudo de Estimativas Populacionais por Município, Idade e Sexo 2000-2020. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defohtm.exe?popvs/cnw/popbr.def>. Acesso em 20/12/2021. IBGE. Censo Demográfico de 2010. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>. Acesso: 13/12/2021..

Nota: População estimada IBGE 2020 — 6.747.815 pessoas. População no último Censo IBGE 2010 — 6.320.446 pessoas.

Gráfico 5. Taxa de mortalidade específica por idade, MRJ, 2010 e 2020 (por 100 mil habitantes).

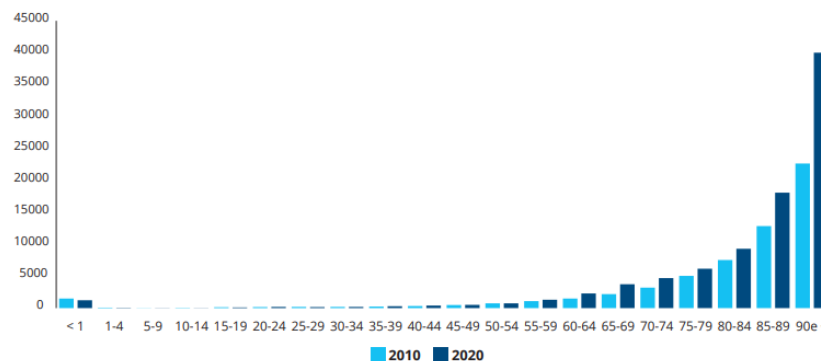
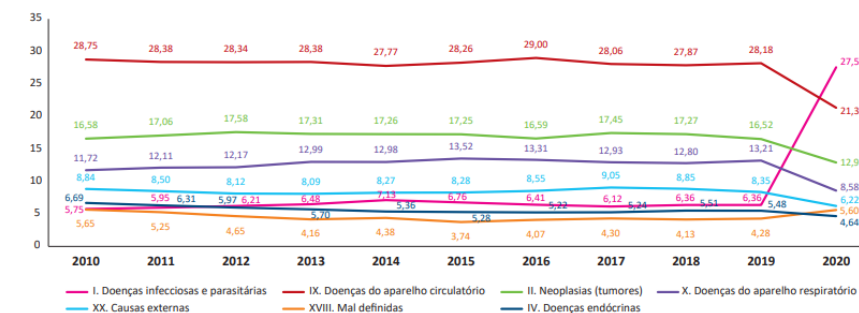


Tabela 5. Principais grupos de causas de morte em residentes por ordem de magnitude, MRJ, 2010, 2019 e 2020.

CAPÍTULO CID-10	2010	2019	2020
IX. Doenças do Aparelho Circulatório	1	1	2
II. Neoplasias (tumores)	2	2	3
X. Doenças do Aparelho Respiratório	3	3	4
XX. Causas Externas de Morbidade e Mortalidade	4	4	5
IV. Doenças Endócrinas, Nutricionais e Metabólicas	5	6	7
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	6	5	1

Fonte: SIM — SMS-Rio (Dados sujeitos à revisão).

Gráfico 6. Participação percentual das principais causas de morte de residentes, MRJ, 2010 a 2020.



01 Diagnóstico do Problema

EXEMPLO: PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/ PI

Indicador	2020	2021	2022	2023	Dif 2023-2022 (%)
Taxa de homicídio por 100.000 habitantes	18,43	20,33	22,38	19,84	-11,34%
Taxa de lesão corporal seguida de morte por 100.000 habitantes	0,18	0,15	0,24	0,4	62,50%
Taxa de latrocínio por 100.00 habitantes	1,28	1,25	0,76	0,64	-16,00%
Taxa de MVIS de mulheres por 100.000 mulheres	3,71	4,55	4,73	4,37	-7,59%
Taxa de feminicídios por 100.000 mulheres	1,86	2,21	1,44	1,68	16,67%
Taxa de roubo de veículos por 100.000 veículos	311,75	336,91	337,22	327,99	-2,74%
taxa de furto de veículos por 100.000 veículos	166,48	143,25	170,13	148,11	-12,94%
Taxa de homicídio de jovens por 100.000 jovens	43,77	47,59	49,04	37,84	-22,85%
Taxa de morte no trânsito	21,40	24,03	27,3	28,77	5,38%

TABELA 02 - Taxas dos Indicadores de Segurança Pública

Territórios de Desenvolvimento	Roubo	Roubo de celulares	Furto
Entre Rios	ALTA	ALTA	ALTA
Planície Litorânea	ALTA	ALTA	ALTA
Vale dos Rios Piauí e Itaueira	ALTA	ALTA	ALTA
Cocais	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA BAIXA
Vale do Rio Guaribas	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA
Carnaubais	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA
Chapada das Mangabeiras	MÉDIA BAIXA	MÉDIA BAIXA	MÉDIA BAIXA
Serra da Capivara	MÉDIA BAIXA	MÉDIA BAIXA	BAIXA
Tabuleiros do Alto Parnaíba	MÉDIA BAIXA	MÉDIA BAIXA	MÉDIA
Vale do Sambito	BAIXA	BAIXA	BAIXA
Vale do Canindé	BAIXA	BAIXA	MÉDIA BAIXA
Chapada Vale do Itaim	BAIXA	BAIXA	BAIXA

TABELA 03 - Indicador de incidência relativo por TD (2023)

Envolvimento de Stakeholders

Quem vive o problema precisa ser ouvido

Mapeie os atores afetados e os responsáveis pela execução, promova escuta ativa e gerencie conflitos de interesse. Um processo aberto — motivado, transparente e participativo — legitima a escolha da política.

02

NA PRÁTICA

Audiências públicas e consultas a conselhos municipais na elaboração do Plano Diretor reduzem judicialização e resistência na fase de implementação.



Referencial TCU · Passos 2 e 4 — Dê transparência à formação da agenda pública e gerencie conflitos de interesse no processo decisório.

Envolvimento de Stakeholders

CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA

QUAL O MEU/SEU PAPEL NESSE PROCESSO?

AUDIÊNCIA PÚBLICA

HORÁRIO: 11 às 13h

LOCAL: CÂMARA DE VEREADORES DE TERESINA

DATA: 18/06/2026

OBJETIVOS:

- Socializar o alcance das metas do Plano Municipal de Educação de Teresina 2015-2025;
- Discutir os desafios de construção, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina 2026-2036;


PARTICIPE!!!
SUA PARTICIPAÇÃO TRANSFORMA A EDUCAÇÃO E CONSTRÓI O FUTURO DO NOSSO MUNICÍPIO.

FME **CME** **TERESINA** **SEMEC**

MPPI realizará audiência pública para discutir novo Plano Municipal de Educação de Teresina

Audiência pública

TEMA
Construção do próximo Plano Municipal de Educação de Teresina



06/03/2026



02



Definição Clara de Objetivos

03



Meta vaga é resultado imensurável

Traduza a intenção política em objetivos específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e delimitados no tempo. Defina indicadores, linha de base e metas de produto e de resultado: sem eles, a política nasce inavaliável.

NA PRÁTICA

Em vez de “melhorar a saúde infantil”, definir: “reduzir a mortalidade infantil em 15% no município até 2028, com indicador, linha de base e fonte de aferição”.

Referencial TCU · Passo 5 — Estabeleça objetivos mensuráveis, indicadores de efetividade, eficácia e eficiência, linha de base e metas objetivas.

Definição Clara de Objetivos

03 EXEMPLO

No **Programa de Metas de São Paulo**, a política habitacional não fica apenas no objetivo genérico de “melhorar a moradia”.

Ela define um objetivo estratégico, estabelece uma meta numérica — prover 49 mil moradias de interesse social — e vincula essa meta a um indicador mensurável: unidades habitacionais entregues e contratadas pelo poder público.



Objetivo estratégico:

Promover o acesso à moradia, à urbanização e à regularização fundiária para famílias de baixa renda.

Meta:

Prover 49.000 moradias de interesse social.

Indicador:

Somatória do número de unidades habitacionais de interesse social **entregues e contratadas** pelo poder público. [Cohab SP](#)

Análise de Viabilidade

A solução cabe no orçamento, na lei e na gestão?

Avalie custos, benefícios e riscos das alternativas antes de decidir. Verifique a **viabilidade técnica, jurídica e fiscal** — incluindo a sustentabilidade da despesa em projeções de médio prazo e os limites orçamentários.

04

NA PRÁTICA

Estimativa de impacto orçamentário-financeiro exigida pelos arts. 16 e 17 da LRF para despesas continuadas — e, no caso de renúncias de receita, pelo art. 14.



Referencial TCU · Passos 3 e 8 — Confronte custos e benefícios das alternativas e assegure financiamento aderente à LRF, ao PPA e à sustentabilidade fiscal.

Análise de Viabilidade

Análise de viabilidade é o momento em que a política sai do campo do desejo e passa pelo teste da realidade: cabe no orçamento, cabe na lei, cabe na estrutura de gestão e consegue ser executada sem comprometer sua sustentabilidade.

A solução é tecnicamente possível?

Exemplo: há rede, tecnologia, capacidade operacional e alternativa adequada para atender cada território?

A solução cabe no orçamento?

Exemplo: quais investimentos serão necessários e como serão sustentados ao longo do tempo?

A solução é juridicamente viável?

Exemplo: está compatível com a Lei Nacional de Saneamento, contratos, competências municipais e exigências regulatórias?

A solução é administrativamente executável?

Exemplo: o município tem capacidade de coordenar prestadores, fiscalizar contratos, monitorar metas e manter o serviço funcionando?

04



Desenho da Solução

05

Explicitate por que a intervenção deve funcionar

Construa o modelo lógico da política — insumos, atividades, produtos, resultados e impactos — e a teoria que mostra como ela **incide sobre as causas do problema**. Compare alternativas e escolha a de **melhor custo-efetividade**.



NA PRÁTICA

Transferência de renda condicionada: o desenho vincula o benefício à frequência escolar e à vacinação.

Referencial TCU · Passos 3 e 5 — Desenhe a lógica de intervenção com base em evidências e evite fragmentações, duplicidades, sobreposições e lacunas.

Desenho da Solução

05



EXEMPLO: No Programa de Metas de São Paulo, a **modernização da iluminação pública** foi desenhada com vistas à ampliar a iluminação com lâmpadas LED em 300 mil pontos da cidade.

Problema: iluminação pública antiga, com maior consumo de energia, menor eficiência e maior necessidade de manutenção.

Intervenção: substituir pontos de iluminação pública por tecnologia LED.

Produto mensurável: quantidade de pontos de iluminação convertidos para LED.

Meta: 300 mil pontos.

Indicador: número de pontos de iluminação pública com lâmpadas LED instaladas.

Resultado alcançado: 302.372 pontos.

Resultado esperado mais amplo: maior eficiência energética, melhor iluminação urbana e redução de custos de manutenção.

Desenho da Solução

05

EXEMPLO: A vacinação contra rotavírus no Brasil teve uma lógica de intervenção clara: imunizar crianças pequenas contra uma das principais causas de diarreia grave para reduzir hospitalizações e mortes infantis.

Uma revisão sobre o impacto da vacina na América do Sul aponta que, no Brasil, após a introdução da vacinação contra rotavírus, houve redução de **59% nas hospitalizações** e **21% nas mortes** por doenças diarreicas em crianças menores de 5 anos.



Após a introdução da vacinação contra rotavírus



59% ↓
de redução nas
hospitalizações



21% ↓
de redução nas
mortes

Marco Regulatório

Segurança jurídica para a política durar

Oficialize a política em **ato normativo apropriado** e institucionalize as **estruturas de governança**: coordenação entre atores, gestão de riscos e controles internos, monitoramento, avaliação e accountability.

06

NA PRÁTICA

O SUS: a Lei nº 8.080/1990 estruturou competências entre União, estados e municípios, garantindo continuidade da política através de sucessivos governos.



Referencial TCU · Passos 5 e 6 — Oficialize a política em ato normativo e institucionalize estruturas de coordenação, riscos, monitoramento e accountability.

O que é GOVERNANÇA?

06



Marco Regulatório

06



Sistema de Governança da Política Estadual Integrada pela Primeira Infância

Sistema de Coordenações Territoriais da Plataforma Piauí Primeira Infância



Articular, acompanhar e fortalecer a execução das ações do Pacto pelas Crianças do Piauí nos níveis estadual, regional e municipal.



- Para garantir que a continuidade do programa após a atual gestão, o Família que Acolhe foi transformado em lei durante seu primeiro ano de existência (Lei 1.545/2013);

07

É aqui que a maioria das políticas falha

Institucionalize o plano de implementação: escopo, prazos, custos, qualidade, riscos, controles internos e recursos financeiros, físicos, tecnológicos e humanos. É quando intenções viram ações — e execução também se planeja.

**NA PRÁTICA**

Implantação em fases-piloto: testar o programa em algumas regiões, corrigir falhas operacionais e só então expandir para todo o território.

Referencial TCU · Passo 7 — Institucionalize o plano de implementação, gerenciando escopo, recursos, custos, prazos, riscos e qualidade.

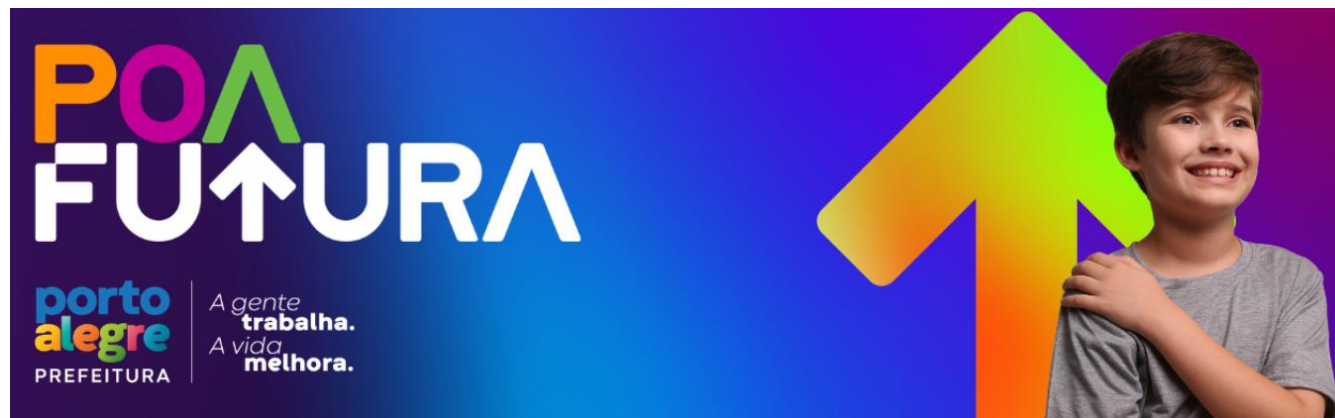
Implementação

07

EXEMPLO: Programa de Desenvolvimento Social e Recuperação da Infraestrutura Social do Município de Porto Alegre (POA+SOCIAL)

O programa usa instrumentos formais de gestão: **Matriz de Resultados, Estrutura Analítica do Programa, Plano de Execução do Programa, Plano Operacional Anual e Plano de Aquisições.**

O Plano de Execução define cronograma físico-financeiro, produtos, atividades e responsáveis.



Monitoramento

Detectar desvios enquanto há tempo de corrigir

Acompanhe a operação com indicadores de processo e painéis gerenciais, garantindo que a política funcione conforme o planejado. Publique o desempenho em formato aberto: transparência é parte do monitoramento.

08

NA PRÁTICA

Painéis públicos de acompanhamento de obras escolares, com percentual de execução física e financeira atualizado mensalmente e aberto à sociedade.



Referencial TCU · Passos 6 e 9 — Formalize estruturas de monitoramento e publique indicadores e metas em formato aberto e acessível ao cidadão.

Exemplo: Plano Estadual de Segurança Pública SSP/PI (2021-2030)

O Monitoramento das ações e dos resultados do PESP, conforme a figura 02, será realizado por meio de reuniões de nível Estratégico, Tático e Operacional, realizadas periodicamente para garantir a aplicabilidade dos princípios supracitados.

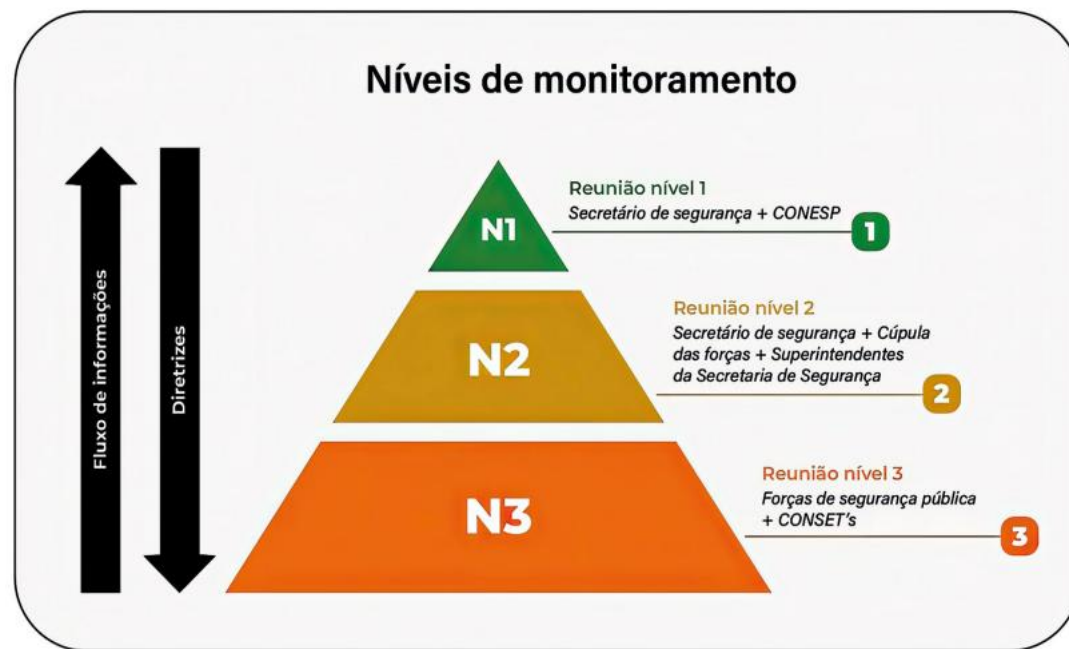


Figura 02: Níveis de Monitoramento do Plano de Segurança

08



Avaliação de Resultados

09

A política mudou a realidade?

Avalie nas dimensões do referencial: relevância e utilidade, coerência com outras intervenções, eficácia, efetividade, impactos e sustentabilidade dos benefícios. Avaliações independentes revelam o que funciona — e por quê.



NA PRÁTICA

Avaliações de impacto do Bolsa Família demonstraram redução da pobreza extrema e aumento da frequência escolar, sustentando o aperfeiçoamento do programa?

Referencial TCU · Passo 10 — Avalie relevância, coerência, eficácia, efetividade, impactos e sustentabilidade da política pública.

Avaliação de Resultados

09



Critérios valorativos de mérito de políticas públicas e projetos de cooperação da OCDE

Consolidados nos últimos 25 anos

1

**Eficácia**

grau de cumprimento dos objetivos do programa.

2

**Efetividade**

efeitos de médio e longo prazo sobre os beneficiários e a sociedade.

3

**Eficiência**

forma como são usados os recursos.

4

**Relevância**

aderência à agenda de prioridades políticas da sociedade.

5

**Sustentabilidade**

capacidade do programa ou projeto de gerar mudanças permanentes na realidade em que atuam.



Cinco dimensões clássicas para avaliar o mérito de políticas públicas.

Ajustes e Melhoria Contínua

Política pública é ciclo, não evento

Use as evidências do monitoramento e da avaliação para corrigir rotas, atualizar metas e aperfeiçoar o desenho. A avaliação fundamenta a decisão explícita: continuar, otimizar ou extinguir a política. O ciclo recomeça.

10

NA PRÁTICA

Revisões periódicas de programas habitacionais que ajustaram faixas de renda e modalidades de atendimento a partir das avaliações de demanda.



Referencial TCU — As avaliações orientam decisões sobre continuar, otimizar ou extinguir a política, e seus resultados devem alimentar o processo decisório.

Ajustes e Melhoria Contínua

Um exemplo claro de política pública que mudou após avaliação é o **Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB)**. Avaliações de impacto e auditorias identificaram **prescrições atípicas** e a necessidade de coibir fraudes na distribuição de medicamentos gratuitos.

FISCALIZAÇÃO

Após ação de controle, Ministério da Saúde descredencia mais de 9 mil unidades do Programa Farmácia Popular

Atual gestão retomou ações de controle e fiscalização, como o recadastramento pela Caixa e auditorias presenciais

Farmácia Popular: ministério identifica mais de 400 registros com prescrições atípicas e suspende 94 farmácias

Análise de 611 mil cadastros revela casos com mais de 3,5 mil receitas em seis meses, e governo reforça fiscalização com novos critérios e recadastramento nacional.

Por **Lígia Vieira, Silvana Reis**, g1

17/03/2026 11h06 · Atualizado há 2 meses



10



Um ciclo, não uma linha de chegada

Os 10 passos formam um ciclo virtuoso: cada avaliação alimenta um novo diagnóstico. E exigem atuação articulada: integração vertical entre União, estados e municípios, e horizontal entre setores.

- 
- 1 Diagnóstico do problema
 - 2 Stakeholders envolvidos
 - 3 Objetivos claros
 - 4 Análise de viabilidade
 - 5 Desenho da solução
 - 6 Marco regulatório
 - 7 Implementação
 - 8 Monitoramento
 - 9 Avaliação de resultados
 - 10 Melhoria contínua

*“O que não é planejado vira improvisado;
o que não é medido vira opinião”*

Você entrega VALOR para o cidadão?

O que pode mudar em seu município?

Ao seguir os dez passos, o município transforma uma reclamação recorrente em uma política pública estruturada. A diferença não é ter mais recursos — é **usar melhor os recursos disponíveis**.

Valor público é quando a ação do governo melhora a vida das pessoas

Entregar valor não é apenas gastar o recurso. É transformar o recurso público em **resultado percebido pelo cidadão**.



Menos fila

Atendimento mais rápido e organizado nos serviços públicos essenciais.



Mais aprendizagem

Crianças e jovens com melhor desempenho escolar e acesso à educação de qualidade.



Cidade mais segura

Iluminação pública funcionando, ruas limpas e serviços chegando a quem mais precisa.



Menos desigualdade

Recursos públicos direcionados para reduzir as diferenças de acesso entre bairros e regiões.



Controle externo gera valor público

O TCE-PI como parceiro da boa governança

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí não existe apenas para apontar falhas. O controle externo atua como **indutor de melhorias na gestão pública**, fortalecendo a transparência, qualificando decisões e contribuindo para que as políticas entreguem valor real à sociedade.

| **Orienta** gestores sobre como melhorar processos e resultados

| **Fiscaliza** políticas públicas com foco em efetividade e impacto

| **Apoia** a capacitação e o desenvolvimento da gestão municipal

| **Promove** transparência e accountability para o cidadão

Controle externo que gera aprendizado também gera valor público. O TCE-PI quer ser parceiro do gestor que quer fazer o certo.

"Controle que gera aprendizado também gera valor público."

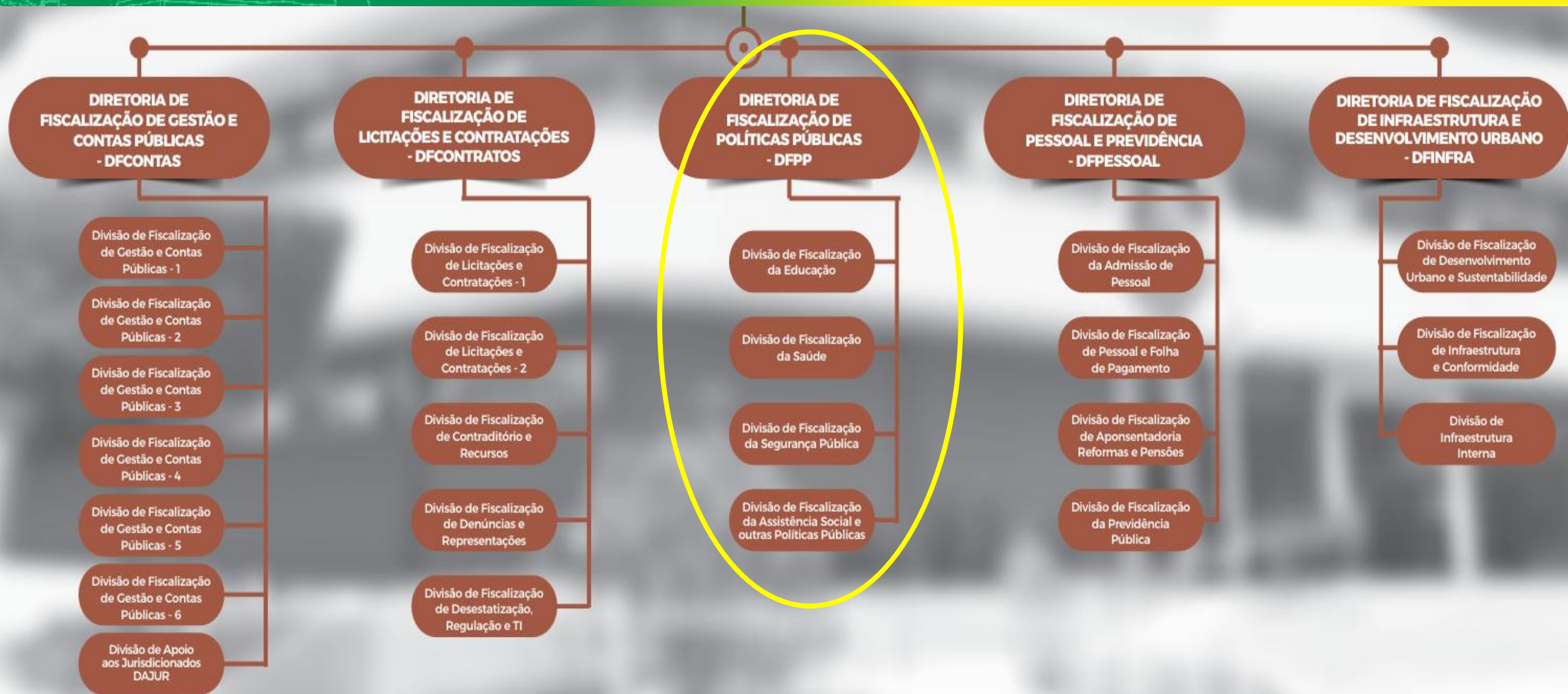
Antes de lançar uma política pública, responda:

Use este checklist como guia prático. Se alguma pergunta ficar sem resposta, é sinal de que a política precisa ser mais bem estruturada antes de avançar.

- Qual problema queremos resolver?
- Quem é afetado por esse problema?
- Que dados comprovam o problema?
- A sociedade foi ouvida?
- Quais alternativas foram avaliadas?
- A decisão foi motivada com clareza?
- Há objetivos, metas e indicadores definidos?
- Quem é responsável por cada etapa?
- Há orçamento suficiente e sustentável?
- Como saberemos se deu certo?


✔ Se todas as respostas forem "sim", você tem uma política pública com muito mais chance de entregar resultado de verdade.

Diretoria de Fiscalização de Políticas Públicas - DFPP



TCE-PI disponibiliza questionário sobre transporte escolar

12 de junho de 2026 08:28, em Destaques, Notícias

 Ouça esta notícia

 Enviar

 Compartilhar




Capture

Sistema de captura de evidências

Obrigada pela atenção.

Vamos conversar sobre os desafios da sua instituição.

 [rayane.macau@tcepi.tc.br]

 (86) 3215-4019

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - DFPP

PARA APROFUNDAR

Política Pública em Dez Passos (TCU, 2021) - Referencial de Controle de Políticas Públicas
portal.tcu.gov.br/referencial-de-controle-de-politicas-publicas.htm

JORNADA DO CONHECIMENTO · TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ